

Os Sítios Urbanos como Atração Turística: o Caso de Porto Seguro¹

Leila Bianchi Aguiar*

Resumo

Reconhecido como "lugar de origem da nação brasileira", Porto Seguro, desde 1968, vem se desenvolvendo, transformando-se, no final dos anos 80, em um importante pólo turístico. A partir daí, vários agentes sociais - de instâncias governamentais e privadas - passaram a explorar sua imagem como de estimado valor para a memória nacional.

 Instituto
Virtual de
Turismo
www.ivt-rj.net



Laboratório de Tecnologia e
Desenvolvimento Social



Introdução

O fato dos portugueses terem desembarcado pela primeira vez na região do sul da Bahia transformou-se em um importante "capital simbólico"² para o município de Porto Seguro, utilizado, principalmente, pela crescente infra-estrutura turística instalada após a abertura da BR-101 no ano de 1973. As práticas de consagração desse município como "lugar de origem da nação brasileira" em momentos como seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1968, sua elevação a monumento nacional, em 1973, por decreto presidencial e as comemorações dos 500 anos do Descobrimento em 2000, projetaram Porto Seguro nacionalmente³. A partir de fins da década de 80, esse município transformou-se, através dos inúmeros pacotes oferecidos pelas agências de turismo, no segundo pólo turístico do Nordeste⁴. Nesse momento, passaram a interessar-se e tornaram-se responsáveis pela manutenção e valorização de sua importância para a memória nacional, agentes sociais que até então não estavam diretamente envolvidos nesse processo.

Entre os interessados na perpetuação e na divulgação de Porto Seguro como "lugar de origem da nação", estavam as agências particulares e os órgãos governamentais relacionados diretamente com o turismo, o comércio e o mercado imobiliário local, as autoridades municipais, estaduais e federais, dentre outros.

Segundo John Urry, em "O olhar do turista"⁵, existe muito pouca fundamentação na área que se designou chamar de sociologia do turismo, pois conferir um sentido teórico à diversão, ao prazer e ao entretenimento revelou-se uma tarefa muito difícil para os cientistas sociais. No entanto, considera que existe um conjunto de práticas que, embora variem espacial e

temporalmente, podem ser descritas como "turismo". A partir desta constatação, enumera uma série de características capazes de descrever esse conjunto de atividades. Dentre elas, podemos destacar: deslocamentos através de viagens, a existência de um trabalho organizado e regulamentado constituído em agências de turismo, guias, transporte etc., a existência do conceito de "afastamento", ou seja, uma busca pela ruptura com a vida cotidiana por parte do viajante ou turista.

Parece haver um consenso entre os autores que se dedicam ao estudo da prática de turismo⁶, sobre a mudança de status dessa atividade, que em fins do século XIX teria deixado de ser uma experiência individual e passou a ser uma experiência coletiva, com grupos guiados nos quais criam-se exposições afastadas da realidade da população local. Turner acredita que:

[...] O turista está envolvido no centro de um mundo extremamente circunscrito. Os pais substitutos (agentes de viagens, mensageiros e gerentes de hotel) aliviam o turista das responsabilidades e o protegem da dura realidade. A solicitude dessas pessoas restringe o turista às praias e a alguns objetos apontados por seu olhar⁷

Mesmo concordando com a existência de variadas sinalizações ao "olhar do turista", inclusive prévias à visita, presentes em práticas de propaganda, revistas, jornais, Maccanell⁸ acredita que todos os turistas buscam uma autenticidade que parece poder ser encontrada em diferentes épocas ou lugares, diferente da que se vive. Se pensarmos nos sítios históricos como um desses lugares especiais de busca de um passado mítico nacional, poderemos compreender parcialmente o interesse despertado por estes lugares, principalmente quando passam a ser legitimados como "patrimônio histórico e artístico nacional".

* Leila Bianchi Aguiar é doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

1 Parte desse artigo foi apresentado na ANPUH-RJ, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro em outubro de 2002.

2 Segundo Pierre Bourdieu, "o capital simbólico é uma propriedade qualquer percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las atribuindo-lhes valor". BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.p.107

3 AGUIAR, Leila Bianchi. Porto Seguro: "berço da nacionalidade brasileira": patrimônio, memória e história. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

4 Roteiros turísticos Fiat Brasil. São Paulo, Folha da Manhã, 1995.

5 URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996. p.22

6 URRY, J. Op. cit; TURNER, C. e ASH, J. The golden horses. London, Constable, 1975; COHEN, E. "Towards a sociology of international tourism" in Social Research v.39, 164-82, 1972; MACCANELL, D. The tourism: a new theory of the leisure class. London, Allen & Unwin, 1984.

7 TURNER, C. Op. cit.

8 MACCANELL, D. Op. cit.

Além disso, podemos pensar que também ocorre nestes lugares um processo de sacralização, onde apresentam-se "objetos únicos" que merecem ser visitados para a aquisição de status, uma vez que nas sociedades contemporâneas, cada vez mais, o ato de viajar e conhecer determinadas localidades passou a significar uma importante "capital simbólico"⁹.

A partir da década de 1960, a expansão da cultura de massas influiria nos contornos do patrimônio, pois tornaria o passado uma mercadoria de consumo para a indústria do turismo... Da valorização turística resultaria a ampliação do público voltado para o patrimônio, não enquanto possibilidade de apropriação de um passado específico, mas como fonte de fruição de beleza e informação, muitas vezes mesclada com dose de nostalgia¹⁰.

Esse fenômeno também estaria diretamente ligado à substituição de uma visão positiva em relação ao desenvolvimento e ao crescimento das cidades, que teria surgido nos primeiros anos do pós-guerra, por uma visão pessimista, acompanhada de uma certa nostalgia em relação ao passado¹¹. Esse sentimento, segundo Stephen Bann¹², aumentaria ainda mais nas décadas seguintes e seria responsável por um grande crescimento no número de museus, monumentos, bens imóveis e sítios urbanos tombados. Detecta-se também um aumento no interesse por uma literatura sobre o passado, assim como uma maior atenção em relação a locais em que os viajantes acreditam que o passado ou parte dele esteja preservado. A presença do chamado "turismo cultural", no Brasil, nos sítios urbanos protegidos pelo IPHAN, tornou-se expressiva principalmente a partir de fins da década de 60 e início da década de 70. Observamos, por exemplo, que um órgão estadual criado para a defesa do patrimônio cultural de São Paulo, em 1967, recebeu,

inclusive, o nome de Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - Condephaat. O turismo já aparece como componente do patrimônio porque esse fenômeno já ocorria nos sítios urbanos protegidos pelo IPHAN ou por outras agências brasileiras de proteção do patrimônio cultural. Nesse momento, também passaram a ser produzidos, com o auxílio da UNESCO, estudos que buscaram analisar a influência do turismo para as políticas de preservação em cidades brasileiras como Ouro Preto, São Luís, Alcântara, Parati e Salvador¹³.

O aumento do chamado "turismo cultural" poderia ser pensado como uma necessidade das sociedades modernas de tentar resgatar um passado mítico, permeado por acontecimentos notáveis e materializado através de belas construções, sem contudo perder as comodidades da vida moderna. Ao mesmo tempo, verificamos a ascensão de "sítios urbanos" preservados no interior das grandes cidades e a proliferação de centros culturais, modificando a paisagem urbana e, principalmente, valorizando as regiões adjacentes.

Nesses lugares ocorre um processo de sacralização, onde apresentam-se "objetos únicos" que merecem ser visitados ou apenas apreciados. Essas práticas tornam-se também símbolos de status, uma vez que nas sociedades contemporâneas, cada vez mais, o ato de viajar e conhecer determinados lugares ou conjuntos de bens simbólicos passou a significar um componente cultural extremamente valorizado.

Ao mesmo tempo em que, no Brasil e internacionalmente, pequenos municípios passaram a ser protegidos por órgãos de defesa do patrimônio cultural, pequenas áreas, inclusive de grandes metrópoles, também tornam-se sítios históricos protegidos por lei, adicionando novos valores ao cenário urbano. A presença de um projeto turístico

⁹ Definido por Pierre Bourdieu como "uma propriedade qualquer percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las atribuindo-lhes valor" in BOURDIEU, P. op.cit. p.107.

¹⁰ RODRIGUES, Marly. "De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo" in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. número 24 p. 195.

¹¹ MONET, Jérôme. "O álubi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado" in Revista do PHAN número 24. p.220.

¹² BANN, Stephen. As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: UNESP, 1994.

¹³ Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, MEC-SPHAN pró-memória, 1980. p.32-33.

nesses espaços criou interações proveitosas e conflituosas com o projeto preservacionista do IPHAN.

Em comum, os dois projetos forjaram discursos próprios que, embora bastante diferenciados, baseiam-se na concepção de "sítios urbanos" como lugares privilegiados de encontro com o passado. Enfatiza-se, acima de tudo, o caráter "pedagógico" da relação estabelecida com os bens imóveis tombados, vistos muitas vezes como a materialização de episódios da história nacional. Definiram também uma nova dimensão para a construção da memória nacional e das narrativas sobre a história ali desenvolvidas, na medida em que tornaram-se pólos de atração de visitantes, inclusive estudantes em excursões de caráter educativo, atraídos pela estética dos sítios urbanos e pelas incessantes propagandas, financiadas por todos os agentes que lucram com o aumento do turismo.

Segundo o projeto do IPHAN, os conjuntos urbanos merecem preservação; segundo o projeto turístico, essas áreas devem ser conhecidas por parte do grande público. Apesar dos discursos serem diferenciados, é importante enfatizar que essas não são propostas excludentes, na medida em que faz parte do projeto preservacionista o amplo conhecimento do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que pode fazer parte do projeto turístico a preservação do sítio histórico, garantindo assim a sua perpetuação.

Como práticas relacionadas ao projeto do IPHAN nos "sítios urbanos" pode-se apontar a instalação de subsecretarias regionais, as obras de reparação e restauro nos bens imóveis, a abertura de museus, o emprego e o treinamento da população local em atividades relativas à conservação e divulgação do patrimônio, e ainda, a divulgação do patrimônio cultural local através da publicação de material

informativo. Como práticas de um projeto turístico, tem-se a instalação de uma estrutura turística que, em geral, inclui centros de informações ou secretarias de turismo, hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo, a formação de guias locais, ou ainda, a capacitação de pessoal para outras funções e empregos que surgem em decorrência do fluxo turístico.

Em relação ao nosso estudo de caso, podemos afirmar que Porto Seguro, antes da abertura da estrada BR-101, era um pequeno município que vivia, principalmente, da agricultura e da pesca, encontrando-se também bastante isolado, uma vez que o péssimo estado de conservação das estradas impedia o fluxo de automóveis e a maior parte do comércio e dos transportes era realizada a partir de pequenos barcos que atracavam no porto¹⁴. Desde o século XVI, a cidade já se encontrava dividida entre a parte alta e a parte baixa, seguindo um freqüente modelo de colonização portuguesa¹⁵. A Cidade Baixa, até a abertura da estrada, era composta principalmente por construções familiares de estilos variados - colonial, neoclássico e eclético - de princípios do século XIX. Já a Cidade Alta, contava principalmente com construções anteriores ao século XIX, além de bens imóveis de caráter administrativo e religioso. A energia elétrica era produzida em geradores e não havia na cidade sistemas de água e esgoto.

As primeiras tentativas de transformação de Porto Seguro em um pólo turístico ocorreram no ano de 1967, quando foram realizadas excursões de divulgação do município. No entanto, os primeiros visitantes em viagens turísticas só chegaram ao município pouco antes da inauguração da BR-101, iniciando um tipo de turismo que Tofani¹⁶ classificou de exploratório. A maioria dos visitantes eram jovens que buscavam paraísos ecológicos para passarem férias ou

14 TOFANI, Frederico de Paula. The challenges of sustainable development in Coastal settings under the impact of tourism: the case of Porto Seguro in Southern Bahia, Brazil. Thesis of architecture. Master of urban and rural planning. Technical University of Nova Scotia. Halifax, Nova Scotia, 1996. REIS, Léa Maria Aarão. Porto Seguro. Arraial d' Ajuda, Trancoso - Sul da Bahia. Rio de Janeiro: Index, 1986.

15 SANTOS, Paulo. Formação de cidades no Brasil colonial. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968.

16 TOFANI, F. Op. cit.

ainda indivíduos que procuraram fixar residência e levar uma "vida alternativa" em lugares isolados. Muitos deles, no entanto, acabaram tornando-se posteriormente pequenos empresários ao adquirirem terrenos e moradias que foram, já em fins da década de 70, transformados em pousadas, restaurantes e demais construções voltadas para o turismo.

Esse primeiro tipo de turismo "exploratório" não seria o único em Porto Seguro. As facilidades de comunicação, aliadas à intensa propaganda realizada na mídia por ocasião da abertura da nova estrada e das comemorações dos 473 anos incrementaram o turismo na região, que passou a atrair principalmente visitantes do sudeste brasileiro. Artigos nos jornais de turismo, publicados no período imediatamente posterior à construção da estrada, celebravam as facilidades de se chegar a uma cidade que permaneceu preservada e que "é um dos locais de natureza mais bonita do Brasil", e um patrimônio histórico que, segundo os discursos que acompanharam o processo de tombamento, deveria ser conhecido por todos os brasileiros.

Antes Porto Seguro era apenas o berço do Brasil, cidade esquecida pelos turistas, de acesso difícil. Hoje, com a estrada litorânea, a BR-101, é um dos locais de natureza mais bonita do Brasil, e uma aula viva de História, de respeito pela sua conservação, da criança que Cabral descobriu, e que nunca mais parou de crescer¹⁷

O resultado desse processo foi uma grande modificação, principalmente no aspecto da Cidade Baixa do município ao longo da década de 80, apesar de toda a área de Porto Seguro ter sido elevada a monumento nacional por decreto presidencial em 1973. Já a Cidade Alta, nesse mesmo período, manteve seu aspecto original e foi alvo de algumas atitudes

preservacionistas por parte poder municipal¹⁸. Talvez por sua localização mais distante do litoral, ou por ter recebido cada vez um maior número de turistas interessados em visitar as construções coloniais ali presentes, ou ainda, por aparecer com destaque no processo de tombamento aberto em 1968, a Cidade Alta foi a porção mais preservada do município de Porto Seguro.

Ao longo da década de 90, durante a qual o turismo já havia se transformado na principal atividade econômica do município, assiste-se a um agravamento nas descaracterizações das construções locais de Porto Seguro e a um grande aumento no número de visitantes, moradores e de novas construções voltadas para atender às novas demandas advindas do turismo. Entre os fatores apontados por Tofani¹⁹ para esse crescimento estão: o desenvolvimento de serviços ao longo da BR-101; o estabelecimento de linhas regulares de ônibus e vôos diretos ligando o sul da Bahia às grandes capitais; a saturação do turismo em algumas cidades litorâneas do sudeste; as freqüentes e elogiosas reportagens publicadas pelos meios de comunicação que exaltavam o patrimônio ambiental e cultural praticamente intocado de Porto Seguro; o desenvolvimento de infra-estrutura turística na cidade e o crescente número de pacotes de viagens que começaram a ser oferecidos pelas agências de turismo.

Na Cidade Baixa verificou-se a manutenção do tipo de arquitetura das casas próximas ao rio Buranhém, de menor valor imobiliário, enquanto que as construções próximas ao mar foram completamente alteradas e transformadas em pousadas, restaurantes e outros tipos de casas de comércio para atender ao crescente turismo do município. Mesmo adaptando-se aos novos usos, os comerciantes buscaram manter nesses bens

¹⁷ Estado de Minas. 21/09/73.

¹⁸ TOFANI, F. Op. cit p. 197.

¹⁹ Idem p.233 /237.

imóveis uma "aparência autêntica" colonial. No entanto, realizaram obras de modificação e adaptação aos novos usos, advindos da mudança do eixo econômico da região. Esses comerciantes, no entanto, mantiveram as fachadas originais que tornaram-se um importante "capital simbólico"²⁰ ou uma "mercadoria de consumo para a indústria do turismo"²¹.

Esse tipo de cenário "fachadista" de grande apelo para o turismo da Cidade Baixa, tornou-se cada vez mais valorizado no Brasil ao longo da década de 90. A partir do aumento do chamado "turismo cultural", a valorização das áreas próximas aos sítios históricos levou a uma grande especulação imobiliária na região. O perfil dos antigos moradores, em sua maioria pescadores, assim como das antigas utilizações desses espaços - principalmente para fins comerciais - foi modificado, esvaziando-se dessa forma o "valor de "documento"²² desse sítio urbano. A valorização das áreas litorâneas da Cidade Baixa transformou antigas residências em comércios e seus antigos habitantes mudaram-se para regiões periféricas.

Muitas vezes a preservação pelo IPHAN altera o perfil de moradores que ocupavam um sítio urbano, pois este torna-se extremamente valorizado e seus antigos donos ou vendem os imóveis (no caso dos proprietários) ou, no caso de inquilinos, não têm mais condições de alugá-los. Junto a essa mudança de perfil de moradores está implícita uma transformação dos modos de vida pois muitos imóveis podem alterar sua utilização e deixar de ser residenciais para assumirem funções comerciais. Talvez o caso mais ilustrativo nesse sentido seja o do Pelourinho em Salvador que antes da sua restauração e da sua transformação em patrimônio mundial pela UNESCO caracterizava-se como uma zona residencial ocupada pela população de baixa renda e após sofrer modificações em consequência

dos tombamentos teve seus imóveis valorizados e ocupados por atividades comerciais.

Ao mesmo tempo em que consolidava-se uma infra-estrutura turística na região, acompanhamos também as freqüentes atuações do IPHAN em Porto Seguro. A coexistência do projeto turístico e do projeto preservacionista na grande maioria dos sítios históricos protegidos pelo IPHAN, trouxe interações e conflitos imediatos entre os órgãos de preservação, autoridades locais e os setores interessados no crescimento do turismo.

Seguindo uma política de abertura de secretarias regionais em quase todos os municípios que possuíam sítios urbanos protegidos pelo IPHAN, esse instituto inaugurou em 1989 uma subsecretaria no município de Porto Seguro. Nos sítios urbanos, as subsecretarias regionais possuem, entre outros objetivos, a fiscalização de novas construções, a avaliação de pedidos de modificações em bens imóveis tombados e ainda a organização de atividades capazes de desenvolver uma consciência voltada para a preservação do patrimônio cultural da região²³.

As constantes batalhas judiciais travadas entre as autoridades locais, empresários ligados a atividades turísticas em áreas tombadas e as secretarias regionais do IPHAN demonstram que, apesar de, em um primeiro momento, parecer que a preservação dos bens imóveis é de interesse de todos os moradores, comerciantes e autoridades políticas locais, muitos impasses ocorrem quando os interesses de expansão dos restaurantes, pousadas, hotéis são considerados pelo IPHAN como lesivos ao patrimônio cultural da região. O discurso em torno da preservação que muitas vezes faz parte do cotidiano de agentes que habitam ou possuem comércios em sítios históricos possui um limite, determinado pelos

20 BOURDIEU, P. Op. cit.

2 RODRIGUES, M. Op. cit. p.196.

interesses expansionistas comerciais ou até mesmo residenciais.

A partir do momento em que a agência responsável pelo patrimônio cultural brasileiro transforma uma região ou um município em sítio histórico e, nesse mesmo local, ocorre um grande desenvolvimento das atividades econômicas voltadas para o turismo, verificamos que, apesar do impedimento legal da realização de modificações através de obras nos bens tombados, tais construções passam por muitas transformações em seus usos e apropriações²⁴. Conforme dissemos anteriormente, a alteração mais marcante está diretamente ligada à mudança no perfil dos moradores ou frequentadores do local. Observa-se uma valorização da área protegida pela agência responsável pelo patrimônio cultural e as atividades anteriormente econômicas ali existentes, voltadas apenas para atender demandas locais, passam a atender a um público mais amplo, atraído pela possibilidade de realização de um "turismo cultural" na região. O processo de melhoramento urbano, descrito anteriormente leva a um "enobrecimento" dessas áreas devido à ação do mercado, e dos grupos que "criaram" o lugar precisam então mudar-se para áreas menos valorizadas²⁵.

Paralelamente ao progressivo crescimento do turismo e à relativa alteração da paisagem do município, surgiram ou fortaleceram-se, ao longo da década de 80, movimentos de associações de moradores e de defesa da ecologia nesta região, influenciados pela grande explosão deste tipo de movimento em todo o país a partir da redemocratização e pela presença cada vez maior de profissionais liberais residentes ou com casa de veraneio no município²⁶.

Por outro lado, a 9ª Secretaria Regional do IPHAN buscava preservar a aparência que o município exibiu durante a abertura de seu processo de tombamento, movendo

ações na Justiça contra proprietários de imóveis e autoridades municipais que desrespeitassem suas determinações. Em janeiro de 1987, a procuradoria da Justiça moveu, inclusive, um processo contra o prefeito de Porto Seguro, pedindo seu impeachment, e sua prisão preventiva por desobediência de ordem judicial por ter permitido diversas obras lesivas ao patrimônio da cidade. Tais movimentos, aliados ao decreto de 1973, não impediram a alteração das construções e da paisagem do município, em especial as da Cidade Baixa, como podemos ver em um artigo, publicado no *Jornal do Brasil* em fins da década de 80:

*Depois de alguns dias em Porto Seguro, fica a interrogação de qual seria a reação de Pedro Álvares Cabral se desembarcasse ali quase 500 anos depois do descobrimento? Sem dúvida Pero Vaz de Caminha não encontraria muitos motivos para escrever cartas ao seu rei de Portugal relatando as várias belezas que ali existiam em outras épocas. A vegetação exuberante de então está dando lugar a uma terra calcinada pelo fogo das queimadas, quase nada restando, nem mesmo o lendário pau-brasil. Os poucos remanescentes de tantas tribos que habitavam aquela região são representados pelos pataxós que sobrevivem vendendo seu artesanato aos turistas.*²⁷

Paralelamente ao surgimento dos movimentos de defesa do patrimônio natural e histórico de Porto Seguro, foram realizados estudos, iniciados em 1983, a partir de convênios firmados entre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória, Universidade Federal da Bahia, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e Prefeitura Municipal de Porto Seguro, concluídos em 1992. Esses trabalhos seguiram um tipo de metodologia aplicada pelo IPHAN em seus levantamentos mais recentes, que consistia não apenas em realizar estudos

22 MOTTA, Lia. "A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global" in ARANTES, Antônio Augusto (org.) *O espaço da diferença*. São Paulo: Papyrus, 2000. pp.257-287.

23 Muitas vezes por falta de pessoal ou de recursos humanos, as subsecretarias acabam dedicando-se mais às atividades técnicas do que às atividades de educação patrimonial.

24 O grande número de alterações realizadas nos imóveis sem consulta prévia ao IPHAN pode ser verificado através das inúmeras correspondências enviadas pelo IPHAN aos proprietários exigindo a paralisação imediata das obras.

25 ZUKIN, Sharon. "Paisagens do século XXI" in ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. São Paulo, papyrus, 2000, p.105-115.

26 Esse era o caso de Bernardo Figueiredo, bem sucedido arquiteto carioca que criou um movimento de defesa da região com 50 membros. Afirmava ele, em 1985: "nossa intenção é só uma: impedir que Porto Seguro se transforme em Búzios". (*O Globo*02/08/1989).

27 *O Globo* 02/03/1989.

sobre a arquitetura dos bens a serem tombados, mas também incluía um levantamento de bibliografia e de documentação sobre o município, com a utilização de materiais já consagrados pelas agências estatais responsáveis pelos tombamentos no Brasil, tais como: mapas, capítulos de livros, fotografias, artigos de periódicos e produções acadêmicas: monografias, dissertações e teses, assim como novas metodologias, observadas principalmente através da realização de entrevistas com os moradores das regiões inventariadas.

Em outubro de 1997, o IPHAN propôs a realização de uma reatificação no tombamento deste município, em uma tentativa de "clarificar... quais são os limites da área tombada resultante do tombamento de 1973"²⁸ influenciada pela comemoração dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, visto que grande parte do município, principalmente a Cidade Baixa encontrava-se descaracterizada em função do vertiginoso aumento do turismo na região.

A partir dos estudos realizados pelas instituições participantes dos convênios firmados, estabeleceu-se uma faixa litorânea de preservação de 68 km, onde estariam incluídos quase todos os elementos naturais e históricos característicos dessa região, que foi ampliada para incluir áreas não litorâneas como o Monte Pascoal e o Vale Verde. É interessante assinalar que, nesse estudo, sugere-se a participação de órgãos como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essas participações têm se tornado, atualmente, cada vez mais freqüentes nos processos de tombamento.

Por outro lado, o ainda crescente turismo na região, continuou sendo

acompanhado por um alto número de ações judiciais movidas pela 9ª Secretaria Regional, localizada em Porto Seguro, devido a alterações em imóveis ou em paisagens naturais do município realizadas por autoridades locais, comerciantes ou proprietários de imóveis localizados em Porto Seguro.

O principal problema, no entanto, parece localizar-se na dificuldade, por parte das autoridades e população local, de uma visão ampliada em torno da preservação. A manutenção apenas do caráter fachadista, quase cinematográfico, capaz de exercer um grande apelo para o turismo, parece resumir o que a preservação representa para esses atores. Acreditamos, no entanto, que essa não é uma visão exclusiva desse grupo, uma vez que identificamos sua origem na própria história da principal agência de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Ao realizar tombamentos a partir de critérios estéticos e de excepcionalidade, o IPHAN, sobretudo durante suas três primeiras décadas de atuação, definiu imagens em torno do que deveria e o que não deveria ser passível de preservação no Brasil, privilegiando muitas vezes a estética dos bens imóveis.

Por outro lado, a preocupação crescente com o valor de documento dos sítios urbanos, expressa nos discursos das principais agências de preservação a partir da década de 70 não foi acompanhado por um grande número de práticas nesse sentido. A falta de verbas, de pessoal especializado e de levantamento de material adequado e o descaso com que os sucessivos governos federais trataram a questão da preservação no Brasil fez com que, em muitos casos, fosse mantido, no Brasil, um abismo entre o tombamento de um imóvel e sua efetiva preservação através da conscientização da população que habita os sítios urbanos.

²⁸ Parecer/ DEPROT/ IPHAN/ RJ no. 023/99-
Arquitetas Helena Mendes dos Santos e
Cláudia M. Girão Barroso.